



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Leonardo Machado



Elisandra Sacilotto



Milton Moreira



24° Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

**A Sincronização da Atuação dos Conselhos
e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS**

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Manual do Pró-Gestão – Versão 4.1

Elisandra Saciloto



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Características principais:

Natureza: órgão técnico consultivo, ou seja, recomenda e assessora, mas não substitui a responsabilidade legal da unidade gestora.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Características principais:

Composição: geralmente formado por membros da gestão do RPPS, representantes de conselhos (deliberativo/fiscal) e servidores habilitados, preferencialmente com certificação exigida pela Portaria MTP nº 1467/2022 (ou normas que venham a substituí-la).



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Características principais:

Fundamentação legal: exigido pela legislação federal que regulamenta a Política de Investimentos dos RPPS (Lei nº 9.717/1998 e portarias complementares).



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



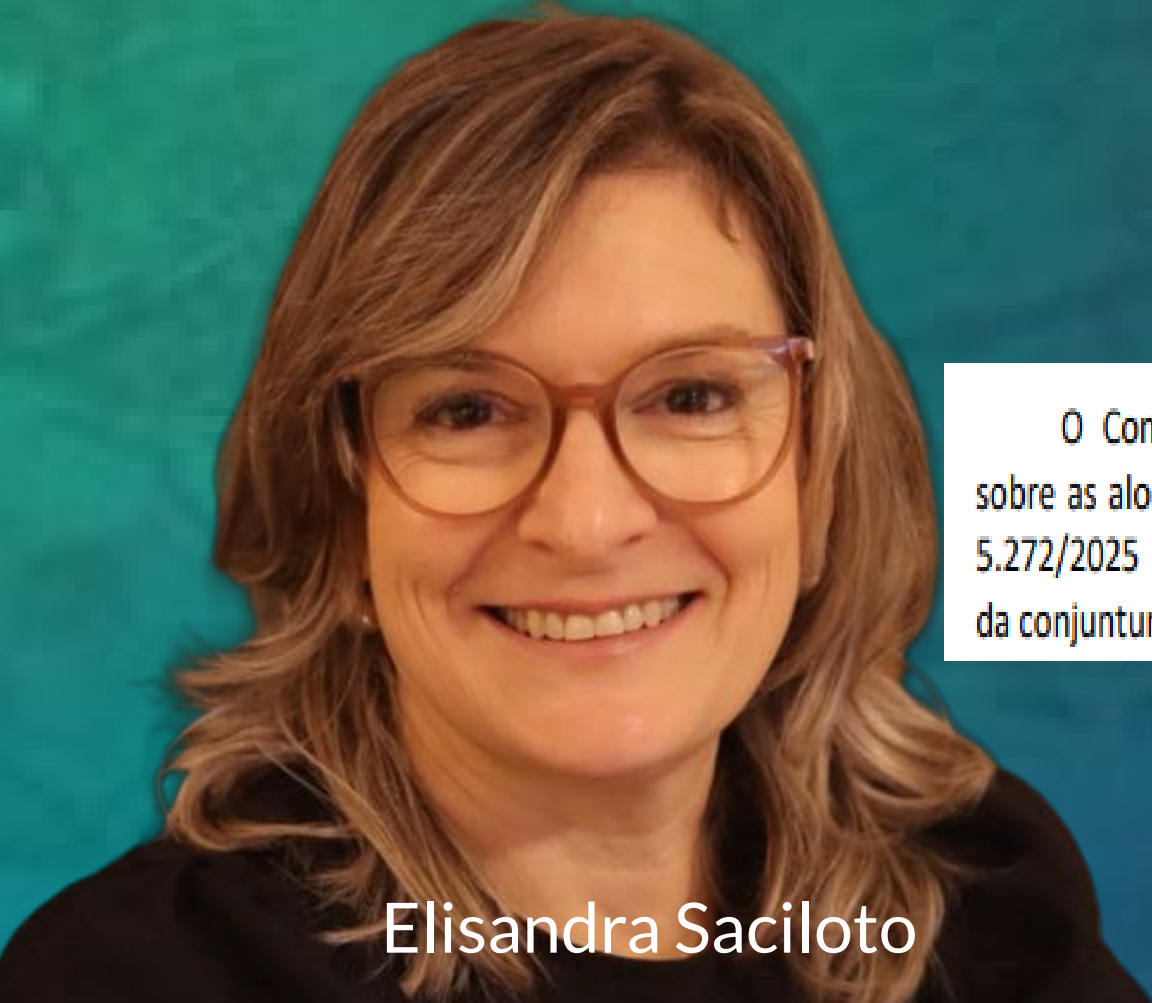
Elisandra Saciloto

O Comitê de Investimentos é o órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos no art. 91 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Sua atuação deve ser disciplinada em regimento interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e seus membros devem atender aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



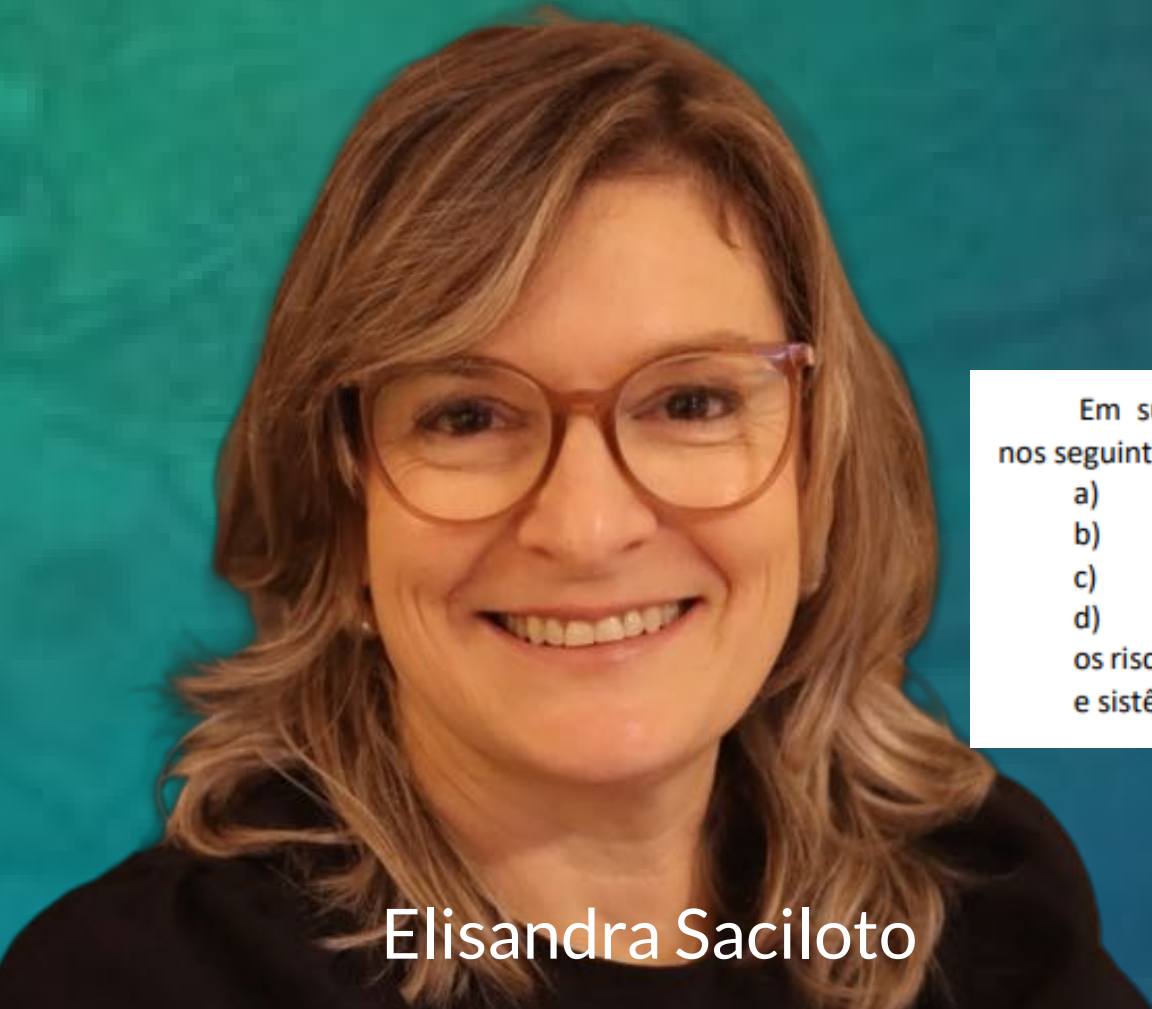
Elisandra Saciloto

O Comitê de Investimentos deve se reunir com periodicidade mínima mensal, para deliberar sobre as alocações dos recursos financeiros, observados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos, e para apresentação dos resultados financeiros, avaliação da conjuntura econômica e do desempenho da carteira de investimentos.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Em suas reuniões, o Comitê de Investimentos deverá avaliar e tomar suas decisões embasadas nos seguintes aspectos:

- a) Cenário macroeconômico;
- b) Evolução da execução do orçamento do RPPS;
- c) Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo; e
- d) Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Elaboração de relatórios mensais de investimentos, contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos, **com parecer mensal do Comitê de Investimentos**, seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Portaria 1467/2022

Art. 90. A definição das atribuições e a separação de responsabilidades deve abranger o comitê de investimentos do RPPS.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Portaria 1467/2022

Art. 91. O comitê de investimentos deverá observar os seguintes requisitos:

.....

V - exigência de que as deliberações e decisões sejam registradas em atas.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Portaria 1467/2022

Art. 123. Os processos de decisão dos investimentos do RPPS devem garantir transparência, incluindo, no mínimo, a análise prévia pelo comitê de investimentos, com verificação dos riscos e do cumprimento da legislação vigente.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Elisandra Saciloto

Portaria 1467/2022

Art. 148. O RPPS deve divulgar datas, locais e atas das reuniões dos conselhos e do comitê de investimentos.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Leonardo Machado



Elisandra Sacilotto



Milton Moreira



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

A Sincronização é um dos pilares das boas práticas de governança previdenciária

Quando há alinhamento entre esses órgãos, cria-se um ambiente institucional mais sólido, coerente e transparente



Leonardo Machado



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

A integração fortalece a governança.

O Conselho Fiscal faz a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, e o acompanhamento dos investimentos



Leonardo Machado



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

O Comitê de Investimentos operacionaliza a política de investimentos.

A sincronização melhora a qualidade das decisões

Fortalece os controles internos,



Leonardo Machado



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

Dá impacto direto na transparência e na prestação de contas

Relação com Boas Práticas

A falta de alinhamento gera ruído, retrabalho e risco



Leonardo Machado



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Leonardo Machado



Elisandra Sacilotto



Milton Moreira



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS (versão 4.1 - 2026)

40

3.2.13 CONSELHO FISCAL

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local, contemplando pelo menos as seguintes atribuições:

- a) Zelar pela gestão econômico-financeira;
- b) Examinar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão;
- c) Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial;
- d) Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos;
- e) Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos;
- f) Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos; e
- g) Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

Milton Moreira



24° Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS (versão 4.1 - 2026)

40

g) Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

Milton Moreira



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS (versão 4.1 - 2026)

41

3.2.14 CONSELHO DELIBERATIVO

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Deliberativo, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados por atos normativos do RPPS, contemplando, no mínimo, as seguintes atribuições:

- a) Aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico;
- b) Acompanhar a execução das políticas relativas à gestão do RPPS;
- c) Emitir parecer relativo às propostas de atos normativos com reflexos na gestão dos ativos e passivos previdenciários; e
- d) Acompanhar os resultados das auditorias dos órgãos de controle e supervisão e acompanhar as providências adotadas.

O Conselho Deliberativo, como última instância de alçada das decisões relativas à gestão do RPPS, e a Diretoria Executiva possuem atribuições que se inter-relacionam, mas não se confundem: enquanto o Conselho “delibera” sobre as políticas e diretrizes estratégicas do RPPS, a Diretoria “executa”, ou seja, pratica os atos de gestão que permitirão a implementação das políticas.

Milton Moreira



24° Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



Milton Moreira



MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS (versão 4.1 - 2026)

41

O Conselho Deliberativo, como última instância de alçada das decisões relativas à gestão do RPPS, e a Diretoria Executiva possuem atribuições que se inter-relacionam, mas não se confundem: enquanto o Conselho “delibera” sobre as políticas e diretrizes estratégicas do RPPS, a Diretoria “executa”, ou seja, pratica os atos de gestão que permitirão a implementação das políticas.



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

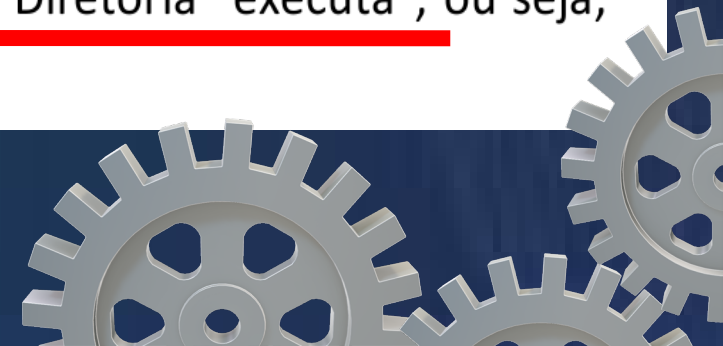


MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS (versão 4.1 - 2026)

41

e a Diretoria Executiva possuem atribuições que se inter-relacionam, mas não se confundem: enquanto o Conselho “delibera” sobre as políticas e diretrizes estratégicas do RPPS, a Diretoria “executa”, ou seja, pratica os atos de gestão que permitirão a implementação das políticas.

Milton Moreira





24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS



@leosmac



@elisandrasaciloto



@milton.soledadeph



24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

A Sincronização da Atuação dos Conselhos e Comitês de Investimentos com a Gestão do RPPS

